

Movimento Escola sem Partido: anti-iluminismo, heteronomia, exclusão

Non-Party Movement: anti-enlightenment, heteronomy, exclusion

Movimiento Escola sin Partido: anti-iluminismo, heteronomía, exclusión

Nubia Almeida Lourenço¹ , Alexandre Fernandez Vaz¹ 

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Autor correspondente:

Nome Alexandre Fernandez Vaz

Email: alexfvaz@uol.com.br

Como citar: Lourenço, N. A., Vaz, A. F. (2024). Movimento Escola sem Partido: anti-iluminismo, heteronomia, exclusão. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 17(36), e18379. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v17i36.18379>

RESUMO

Os últimos anos viram emergir no cenário brasileiro o Movimento Escola Sem Partido (ESP), conjunto de convicções e práticas que pressupõe haver em instituições de ensino brasileiras um tipo de catequese político-ideológica – por eles denominada “doutrinação marxista” –, assim como a disseminação do que chamam “ideologia de gênero”. O artigo propõe analisar aspectos do ESP em seu movimento de disputa pela escola e, de maneira mais ampla, por um projeto de sociedade, observando-o como expressão de um processo mais longo, de construção do autoritarismo no Brasil e do avanço de uma agenda contrarrevolucionária. Para tanto, os principais documentos analisados são aqueles emitidos pelo próprio Movimento, atendo-se às categorias pelas quais se organizam suas propostas – tais como os conceitos de liberdade, formação, ciência, política – e às ideias e julgamentos lançados contra o que se supõe serem os perigos de uma educação esquerdista, a saber: a implementação de uma nova escala de valores contrária ao capitalismo liberal e à moralidade vista como cristã. Concluímos apontando como esses supostos perigos representam, para o ESP, a possibilidade de reprimir, na escola, a sexualidade e o pensamento, e de opor-se aos esforços educacionais que têm procurado gerar uma educação secular comprometida com a democratização da educação.

Palavras-chave: Escola sem Partido. Educação Brasileira. Gênero.

ABSTRACT

Recent times have seen the emergence of the movement Escola Sem Partido (ESP) on the Brazilian scene, a set of convictions and practices that presuppose a type of political-ideological instruction in Brazilian educational institutions – named by them “Marxist indoctrination” –, as well as the dissemination of what they call “gender ideology”. The article proposes to analyze aspects of the ESP in its movement of dispute over schools and, in a broader way, a project of society, observing it as an expression of a long process to construct authoritarianism in Brazil, and the advance of a counterrevolutionary agenda. To this end, the primary documents analyzed are those issued by the movement itself, focusing on the categories with which its proposals are organized, such as the

concepts of freedom, education, science, politics, and the ideas and judgments launched against what is supposed to be the dangers of a leftist education, namely: the implementation of a new scale of values contrary to liberal capitalism and morality, seen as Christian. We conclude by addressing how these supposed dangers represent, to ESP, the possibility of repressing sexuality and thought at schools and opposing educational efforts that have sought to generate a secular education committed to the democratization of education.

Keywords: Non-Party Movement. Brazilian Education. Gender.

RESUMEN

Los últimos años vieron el surgimiento del movimiento Escola Sem Partido (ESP) en el escenario brasileño, un conjunto de convicciones y prácticas que presuponen que existe un tipo de catequesis político-ideológica en las instituciones educativas brasileñas – denominada por ellos "adoctrinamiento marxista" –, así como la difusión de lo que denominan "ideología de género". El artículo se propone analizar aspectos del ESP en su movimiento de disputa por la escuela y, de manera más amplia, por un proyecto de sociedad, observándolo como expresión de un proceso más largo, de construcción del autoritarismo en Brasil, y del avance de una agenda contrarrevolucionaria. Para eso, los principales documentos analizados son los emitidos por el propio ESP, centrándose en las categorías con las que se organizan sus propuestas, tales como los conceptos de libertad, educación, ciencia, política, y las ideas y juicios lanzados contra lo que se suponen ser los peligros de una educación de izquierda, a saber: la implantación de una nueva escala de valores contraria al capitalismo liberal y la moral vista como cristiana. Concluimos abordando cómo estos supuestos peligros representan, para el ESP, la posibilidad de reprimir la sexualidad y el pensamiento en la escuela, y de oponerse a los esfuerzos educativos que han buscado generar una educación laica comprometida con la democratización de la educación.

Palabras-clave: Escuela sin Partido. Educación Brasileña. Género.

INTRODUÇÃO

Os últimos anos viram emergir no cenário brasileiro o Movimento Escola Sem Partido (ESP), conjunto de convicções e práticas que pressupõe haver, em instituições de ensino brasileiras, um tipo de catequese político-ideológica – por eles denominada "doutrinação marxista" –, assim como a disseminação do que chamam "ideologia de gênero", termo de cunho pejorativo utilizado para referir-se aos Estudos de Gênero. A essa ameaça difusa, que enquadra o professor como suspeito, junta-se a atualização da paranoia anticomunista que faz lembrar o espírito da Guerra Fria: acredita-se que não só o sistema de ensino, mas o país como um todo, seria alvo de um projeto de engenharia social e revolução cultural, encabeçado por organizações e partidos de esquerda, cujo objetivo seria a implementação de uma nova escala de valores contrária ao capitalismo liberal e à moralidade cristã em sua versão mais sectária. Mais que instrumentalizar o ensino de modo a favorecer militantes e ativistas que frequentam manifestações políticas – forma como os documentos e discursos do ESP se referem à formação de cidadãos críticos e engajados em causas sociais –, o professor doutrinador seria responsável por inculcar em seus alunos valores incompatíveis com aqueles ensinados pela família tradicional, como os relativos à orientação sexual, identidade de gênero, teoria da evolução, entre outros.

Coloca-se o ESP, desta forma, como antípoda de um esforço educacional que tem procurado gerar uma educação crítica, secular, comprometida com a democratização da escola e a ampliação de seu caráter público, cujas origens mais recentes remetem às obras de Paulo Freire e Dermeval Saviani. Desde a década de 1980, no impulso da redemocratização do país,¹ as obras de ambos, bem

¹ Em 1979 é promulgada a Lei da Anistia, o que permite o regresso ao país de exilados pela ditadura, entre eles Paulo Freire; em 1984 acontece o movimento pela volta das eleições diretas para presidência da república; em 1985 é eleito

como daqueles que neles se inspiraram ou deram continuidade às suas reflexões, alcançaram notoriedade e se tornaram bibliografia em cursos de formação de professores. Além disso, ajudaram a dar forma a políticas educacionais de municípios e estados, processo cujo ponto culminante é a presença de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação de São Paulo, entre 1987 e 1991, na gestão da Prefeita Luísa Erundina de Souza (1987-1993), do Partido dos Trabalhadores (PT). Malgrado as diferenças entre essas perspectivas (tomadas aqui antes como tipo ideal do que como posições que abarcassem todo o espectro crítico do campo da Educação), é certo que para elas a Educação tem um papel político importante, seja porque, segundo Paulo Freire ([1967]2019a, [1968]2019b, [1996]2003), ela é um ato político, seja porque, para Dermeval Saviani (1983, 1991), trata-se de chegar a uma escola pública unificada em seus propósitos formativos e comprometida com a emancipação de classe nos termos da disputa por hegemonia.

Preocupado com tais mudanças educacionais (entendidas como contaminação do sistema de ensino brasileiro), Miguel Nagib, advogado católico e Procurador do Estado de São Paulo em Brasília, deu início em 2004 ao ESP, que somente em 2014 efetivou-se no plano político. Sua principal bandeira era² que fossem afixados, nas salas de aula e de professores, cartazes que prescrevessem o que seria ou não permitido à prática docente, e que o aluno pudesse gravar a atuação de seus professores, em áudio e vídeo, a fim de que às famílias fosse possível certificar-se do que se ensina nas escolas. Tal vigilância, possibilitada pelos *smartphones*, sustenta-se na ideia de que a escola não deve se ocupar da educação moral dos alunos, sempre e quando esta esteja na direção oposta aos ensinamentos da vida doméstica – bandeira também defendida por outros setores conservadores, em parte representados pela bancada autodenominada cristã do Congresso Nacional. Não se trata apenas de respeitar os diferentes valores familiares, tampouco princípios constitucionais que procuram garantir a liberdade de crença; antes, trata-se de evitar que se apresente perspectivas diversas em sala. Assim, o objetivo é, segundo uma interpretação bastante peculiar do significado Liberdade de Cátedra, regulamentada no Art. 206 da Constituição Federal (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988) e reafirmada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Art. 3º (*Lei nº 9394*, 1996), dar-lhe novo contorno que pressupõe a escola, espaço de formação para a vida pública, como continuidade sem ruptura do âmbito privado, a casa; e não só viabilizando, como também incentivando a criminalização da prática docente.

Nesse contexto, têm sido apresentados anteprojeto de lei afins ao Movimento ESP em Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional, que, em geral, vêm sendo considerados inconstitucionais. Para além dessas iniciativas, houve outras nos últimos anos que ecoam propostas de mesmo teor. Um exemplo é a ação da Deputada Federal Ana Caroline Campagnolo, do Partido Social Liberal (PSL) do Estado de Santa Catarina: ao ser eleita há quatro anos (tendo sido reeleita no último pleito), ela fez um *post* em sua página pessoal na rede social Facebook que incitava estudantes a gravarem e denunciarem seus professores que, supostamente inconformados e revoltados com o resultado das eleições de 2018 – as quais levaram Jair Messias Bolsonaro à Presidência da República –, não conseguiriam disfarçar a ira e usurpariam a sala de aula para promover doutrinação político-ideológica, violando as liberdades de crença e de consciência de sua audiência *cativa* – os alunos (Pains, 2018).

Os efeitos desse movimento se fazem notar e não é provável que ele cesse, mesmo com o resultado do último pleito presidencial. Entre tantos outros, houve o caso de uma professora de inglês que sofreu processo disciplinar por falar sobre feminismo em uma escola da rede pública em Vinhedo, interior de São Paulo (Betim, 2020) e a ordem do então governador João Doria, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para recolher um material didático das escolas estaduais,

pelo Congresso Nacional o primeiro presidente civil desde o golpe empresarial-militar de 1964; em 1988 é promulgada a Carta Constitucional ora em vigor, que estrutura a ordem democrático-republicana.

² Miguel Nagib está afastado do Movimento Escola sem Partido desde 22 de agosto de 2020.

no mesmo estado, por conter suposta apologia à ideologia de gênero (Martinez-Vargas & Pinho, 2019). Esses e outros acontecimentos representam parte da emergência de algo para além de mero conservadorismo. Trata-se de parte de um processo que pode ser chamado de contrarrevolucionário, se podemos aqui empregar, livremente, a expressão de Herbert Marcuse ([1972]1981): uma reação preventiva aos restritos, embora significativos, avanços nos termos da justiça social, obtidos a duras penas, como as políticas de ações afirmativas e de renda mínima, além dos direitos civis reconhecidos a casais homoafetivos e de retificação de nome para pessoas trans, apenas para citarmos alguns exemplos. Esse cenário em que o extremismo religioso se faz ver, mesmo sendo o Brasil um país constitucionalmente laico, sintetiza-se numa afirmação do presidente Bolsonaro, segundo a qual “ideologia de gênero é coisa do capeta” (Caram, 2019).

Frente a isso, ao ressuscitar a paranoia anticomunista dos tempos da Guerra Fria e fazer parte da agenda contrarrevolucionária do país, o ESP assume que o processo formativo não pode ter sentido político – o que seria sinônimo de esquerdismo –, tampouco, como antes assinalado, contradizer os ensinamentos do espaço doméstico. A divergência é considerada uma ofensa, mesmo que a escola seja o espaço em que o dogma não devesse ter lugar e em que, por princípio, o debate em termos racionais devesse prevalecer. É na esteira desse contrassenso que a iniciativa de Miguel Nagib defende ser possível proporcionar aos alunos – vistos, ao que parece, como indefesos, covardes e passivos nas relações em sala de aula – uma escola que respeite o princípio constitucional da liberdade e o ideal da neutralidade científica, além de garantir um espaço democrático para o aprendizado. Além disso, o ESP diz defender o respeito à diversidade, mas sempre que não se debata – a não ser para enxovalhá-las – ideias de esquerda e não se critique o capitalismo; ademais, não admite temas como feminismo, homofobia, racismo e religiões de matriz africana. Finalmente, coloca-se o discurso da neutralidade pelo Movimento ESP, que supostamente seria amparado pelos princípios constitucionais, mas que, ao defender a restrição de conteúdos e de temas a serem discutidos, assume uma concepção pedagógica específica que, como tal, comporta uma (também específica) concepção de sociedade.

Considerando esse quadro, este trabalho se propõe a analisar aspectos do ESP em seu movimento de disputa pela escola e, de maneira mais ampla, por um projeto de sociedade, o que supõe, portanto, um inimigo na forma de uma perspectiva a ser derrotada. Para tanto, os principais documentos analisados são aqueles emitidos pelo próprio Movimento, confrontando conceitualmente suas propostas no que pretendemos que seja uma crítica imanente. Observamos o ESP como expressão de um processo mais longo, de construção do autoritarismo no Brasil, mas a atenção se destina especialmente às categorias por meio das quais o Movimento organiza suas propostas. De forma geral, elas podem ser divididas em dois tipos: a forma como opera com conceitos da tradição educacional do Ocidente, como, entre outros, liberdade, formação, justiça, ciência e política; e ideias e julgamentos lançados contra o que se supõe ser o perigo de uma educação esquerdista, como ideologia de gênero, doutrinação, abuso e perseguição religiosa.

Caracterizamos, a princípio, o que o ESP chama de doutrinação político-ideológica, atentando para o processo pelo qual ela supostamente se consolidou no sistema de ensino brasileiro e quem seriam os responsáveis por sua estruturação, fazendo um primeiro exercício crítico por meio de conceitos como ideologia, hegemonia e contrarrevolução. Em sequência, analisamos o que é considerado, pelo ESP, como consequências da doutrinação, além de apresentarmos as concepções de professores e alunos presentes nos documentos oficiais, articulando-os aos conceitos de ciência, moral e liberdade. Para finalizar, ocupamo-nos da discussão quanto às temáticas consideradas doutrinárias, isto é, a ideologia de gênero e o que se convencionou chamar de esquerdismo, tópicos que comporiam o projeto de engenharia social a ser combatido. Concluímos abordando como os supostos perigos de uma educação esquerdista representam, para o Movimento, a possibilidade de reprimir, na escola, o corpo e o pensamento.

DOCTRINAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA OU DOCTRINAÇÃO MARXISTA

De acordo com o ESP, a doutrinação político-ideológica consolidou-se no sistema de ensino brasileiro durante o processo de redemocratização com o nascimento da Nova República, aquele período que sucede os governos ditatoriais que ocuparam o Planalto entre 1964 e 1985. Considera que a esquerda se articulou amparando-se teoricamente, durante a ditadura civil-militar, em autores marxistas (como o italiano Antonio Gramsci e o francês Louis Althusser) e brasileiros, estes especificamente dedicados à educação – notadamente, Paulo Freire e Dermeval Saviani:

uma observação interessante a fazer aqui é que o regime militar não censurou ideologicamente os cursos de ciências humanas no Brasil. O marxismo foi ensinado nos cursos de sociologia, história, pedagogia sem restrições. [...] No mais, o acesso à literatura marxista era livre e os professores usaram e abusaram dessa liberdade. (Escola Sem Partido, n.d.-f)

Nesse contexto, a esquerda teria ganhado espaço na política com o Partido dos Trabalhadores (PT), com os movimentos sindicais e, por fim, no Ministério da Educação (MEC), nas secretarias municipais e estaduais e no mercado editorial, monopolizando a educação e o debate sobre ela. A acusação recai, sobretudo, sobre as Humanidades (tal como ensinadas na Universidade) e em Paulo Freire, supostamente responsáveis pela estruturação e manutenção de tal prática doutrinária:

Mas é nos cursos universitários das áreas de educação, ciências humanas e sociais que as práticas e conteúdos doutrinadores se manifestam de forma mais explícita e ostensiva. No caso dos cursos de pedagogia e de licenciatura, as ideias de Paulo Freire são transmitidas aos alunos como se fossem verdades incontestáveis, muito embora esse autor veja o trabalho de ensinar como uma simples modalidade de proselitismo ideológico ao qual ele dá o nome de “conscientização” dos alunos. Já nas áreas de humanidades e de ciências sociais, em que os assuntos abordados nas matérias têm frequentemente relação direta com a política, o que se nota principalmente é o unilateralismo dos conteúdos, o qual se expressa na ampla predominância de autores críticos do capitalismo nas bibliografias utilizadas. (Escola Sem Partido, n.d.-d)

A visão esquerdista domina, hoje, todo o sistema de ensino. As faculdades de educação, sociologia, letras, história e geografia – de onde saem os professores que ensinarão no ensino fundamental e médio – estão impregnadas de materialismo, ateísmo, marxismo, leninismo, gramscismo, e outros “ismos” que abominam o sistema capitalista e desprezam os valores do estado de direito e da civilização ocidental. (Escola Sem Partido, n.d.-f)

Frente a isso, delinea-se a ideia de que, com a redemocratização, ganhou força no Brasil um projeto de engenharia social coordenado pelos esquerdistas: com o intuito de dominar econômica, social e politicamente o conjunto da sociedade, a esquerda valer-se-ia de organizações – como a escola e a imprensa – para a formação de uma consciência moral sólida e homogênea favorável ao seu ideário. Em outras palavras, trata-se da suposição, defendida por representantes do reacionarismo brasileiro (como o ideólogo Olavo de Carvalho [2015] e a empresa de entretenimento Brasil Paralelo [2022]), de que está em andamento no país um projeto gramsciano de disputa por hegemonia. A hegemonia, conceito que diz respeito à direção ideológica que um grupo dominante procura estruturalmente imprimir, de maneira opressiva, mas também consentida pela população, à vida em sociedade, exige um processo educativo que legitime seu exercício. Ela não é unívoca, mas um campo de disputas no qual a figura do intelectual – tradicional ou, principalmente, orgânico – é imprescindível à medida que, além de dar coesão ao agrupamento social que representa e ao qual pertence, tem como função a organização das sociedades civil e política, possibilitando a ampliação da força estrutural de tal grupo e a manutenção de seu domínio sobre a sociedade em

geral (Gramsci, [1975]2001). Por isso, tal suposição com frequência foi levantada por Olavo de Carvalho e seus seguidores, sempre em sentido pejorativo: o professor seria um militante ou ativista comprometido em desenvolver em seus alunos mentalidade e comportamento políticos com base em uma nova escala de valores. Cabe, por ora, atermo-nos mais detalhadamente à oposição do Movimento ESP quanto a essa escala para compreendermos o seu significado contrarrevolucionário. Nos documentos analisados, os novos valores que a esquerda estaria impondo aparecem associados ao método freiriano de alfabetização, ao discurso de educadores quanto à produção de uma realidade mais justa e ao desenvolvimento do pensamento, da consciência ou da visão crítica por parte dos alunos. De modo geral, o conceito de educação crítica, de onde partiria a escala, aparece como sinônimo de educação esquerdista ou doutrinária:

Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos, etc. (Escola Sem Partido, n.d.-c)

[...] a “visão crítica” por eles oferecida aos alunos consiste num pacote de preconceitos e clichês anticapitalistas e pró-socialistas destinados a produzir nos estudantes – jovens imaturos e inexperientes – uma afinidade, nem sempre consciente, com o discurso ideológico das correntes e partidos de esquerda. (Escola Sem Partido, n.d.-f)

Graças ao sucesso desses professores e autores, está cada dia mais difícil encontrar um jovem brasileiro, na faixa dos 15 aos 25 anos, que não alimente uma aversão irracional em relação ao regime capitalista, e uma atração ainda mais irracional em relação à utopia comunista; e que não esteja pronto a entregar os destinos da nação a políticos que pensam (ou fingem que pensam) como ele. (Escola Sem Partido, n.d.-f)

A maior ameaça, de acordo com o Movimento ESP, seria o avanço do que entendem como ideário da esquerda – um grande balaió informe que inclui perspectivas progressistas, não-cristãs, agnósticas, ateias, anticapitalistas e socialistas, em maior ou menor medida reunidas sob a rubrica de comunistas. Não há, no entanto, apontamentos precisos de quais seriam os perigos do contato das crianças e jovens com tais ideias que vá além, é claro, de eles tornarem-se eleitores comprometidos com organizações e partidos de esquerda. A materialização desse ideal no esforço eleitoral pôde ser observada na aba que havia no site do Movimento, feita durante as eleições de 2018, que continha uma lista com os candidatos a seu favor, bem como um passo-a-passo para identificar o tipo de parlamentar – comprometido com valores de liberdade, educação e família nos moldes entendidos pelo ESP – que deveria ser procurado pelos cidadãos interessados em implementar o projeto de lei alinhado ao Movimento (Tommaselli, 2018). Apesar de declarar-se neutro e opor-se às formulações de Gramsci, o projeto iniciado por Miguel Nagib defende não só um modelo de sociedade, como também tem um claro inimigo a ser combatido, o que faz de seu eixo central a disputa por hegemonia.

O próprio Movimento, ao referir-se à ideologia, entende-a não apenas como visão de mundo, mas como esquema organizado de ideias que falseiam o real. Intitulando-se “Escola Sem Partido”, sugere que opostos à ideologia esquerdista ou comunista estão os seus membros, sendo, portanto, representantes da neutralidade e da verdade – nota-se, nesse caso, a associação direta entre “sem partido” e seu sentido literal, como se essa fosse sua única possibilidade de significação. Todavia, como aponta, dentre tantos, Michael Löwy ([1985]2010), uma visão de mundo (*Weltanschauung*) pode, também, ser do tipo conservadora ou legitimadora da ordem existente; isso não a faz mais neutra, tampouco não-ideológica; apenas a situa em um lado na disputa pela hegemonia. Por conseguinte, a iniciativa de Nagib é ideológica e contrarrevolucionária à medida

que defende a proibição de temáticas relativas a um adversário político, delineando um projeto no qual a esquerda deve ser combatida, senão completamente anulada do campo educacional.

Nos tópicos a seguir, discutimos como o combate à esquerda é metonímia para a repressão ao pensamento e como a proibição de temáticas articulada à moralidade cristã sectária associa-se à repressão sexual e define o que é, para o ESP, a verdade – dita não como uma visão de mundo, mas antes como a realidade que, por ser tida como divina e revelada, é natural e a-histórica.

PROFESSOR E ALUNO

Os defensores do Movimento ESP pressupõem que a educação brasileira tem sido vítima de um projeto de engenharia social, que a sala de aula é um ambiente intimidador no qual a relação entre professor-aluno e, portanto, entre ensino-aprendizagem, é não só assimétrica, como também doutrinária: professores organizados e comprometidos com a esquerda distorceriam o conhecimento acerca da realidade e inculcariam sua própria visão de mundo – isto é, sua “ideologia esquerdista” – nos alunos, os quais constituem, nos termos do Movimento, uma audiência cativa – adjetivo que remete, não à toa, a estar preso, em cativeiro. Como principais consequências dessa relação e, portanto, como preocupações centrais dos defensores do Movimento ESP, têm-se (1) a quebra de confiança dos filhos em seus pais, uma vez que àqueles seriam apresentadas perspectivas esquerdistas e distintas das do ambiente familiar; e (2) a produção de um sujeito que, no futuro, tornar-se-á um eleitor comprometido com os ideais que lhes foram impostos pelo “falso educador”. Em síntese, o professor como autoridade e o aluno em sua vulnerabilidade configurariam uma relação doutrinária cujas consequências seriam a destruição da família e a produção de uma massa ideologicamente alinhada à esquerda.

Atentemos a essas duas supostas consequências da doutrinação delineadas pelo Movimento. A primeira se exemplifica nos trechos a seguir:

[...] a exposição, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais, viola o art. 12 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, segundo o qual “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.” (Escola Sem Partido, n.d.-e)

[os professores] usam o tempo precioso de suas aulas para influenciar o juízo moral dos alunos sobre temas como sexualidade, homossexualismo, contracepção, relações e modelos familiares etc. Quando não afirmam em tom categórico determinada verdade moral, induzem os alunos a duvidar “criticamente” das que lhes são ensinadas em casa, solapando a confiança dos filhos em seus pais. (Escola Sem Partido, n.d.-b)

A preocupação do ESP diz respeito a conteúdos ditos morais – mais especificamente àqueles que concorreriam com valores familiares e sociais hegemônicos, tal como sugere a referência ao “homossexualismo”³ e aos modelos de família –, pressupondo, assim, a esfera pública como continuidade do espaço privado. Para além do déficit democrático presente no fato de a casa poder definir aquilo que cabe ou não à escola, e esta, por sua vez, não poder divergir daquela, é importante notar que os aspectos morais são entendidos necessariamente como não passíveis de análise e reflexão; colocá-los em pauta seria um ato automático de violação do direito dos pais sobre os filhos – como se não fosse possível no ambiente escolar a abordagem de tais temáticas com o devido

³ O Movimento opta pelo termo “homossexualismo”, associado ao que já foi e ainda é em alguns lugares considerado um distúrbio psiquiátrico – e um crime –, em contraste àquele utilizado pelos Estudos de Gênero, a saber, “homossexualidade”.

respeito às diferentes crenças e modos de vida. Todavia, assumir que a escola deva se alinhar às convicções familiares daqueles que a frequentam torna a educação uma impossibilidade, algo profundamente autoritário que intenciona anular toda e qualquer forma de diferença – a começar pela esfera doméstica, em que um movimento do filho discordar dos pais é, de imediato, entendido como quebra de confiança na relação familiar.

Complemento a tal processo é a confusão, feita pelo Movimento, entre conhecimento e objetividade: ao tratar de conteúdos ditos morais em sala de aula, o professor é acusado de doutrinação não só por divergir dos valores familiares, como também por não se comprometer, nos termos que o próprio ESP coloca, com a transmissão do conhecimento objetivo, isto é, de um conhecimento neutro, descontaminado de ideologias. Os trechos que seguem servem à ilustração de tal confusão, bem como à ampliação da compreensão do que é entendido como não-científico:

O fato de o conhecimento ser vulnerável à distorção ideológica – o que é uma realidade inegável, sobretudo no campo das ciências sociais – deveria servir de alerta para que os educadores adotassem as precauções metodológicas necessárias para reduzir a distorção. (Escola Sem Partido, n.d.-d):

A pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito”, professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para “fazer a cabeça” dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral. (Escola Sem Partido, n.d.-e)

Como se sabe, a visão crítica dos estudantes é direcionada sempre e invariavelmente para os mesmos alvos: a civilização ocidental, o cristianismo, os valores cristãos, a Igreja Católica, a “burguesia”, a família tradicional, a propriedade privada, o capitalismo, o livre-mercado, o agronegócio, o regime militar, os Estados Unidos etc. (Escola Sem Partido, n.d.-d)

De fato, o ensino em uma escola democrática deve se comprometer com os ideais de objetividade que caracterizam, como busca, a ciência. Nota-se, entretanto, que ao não delimitar explicitamente qual seria o conteúdo correspondente ao ideal de objetividade, tampouco o tratamento a ele dedicado, ela torna-se dogma para o ESP – como se a ciência fosse única e a-histórica. Além de “neutralidade” e “objetividade” aparecerem nos documentos analisados como adjetivos intercambiáveis para definir um suposto conhecimento verdadeiro, tais conceitos, conforme ilustram as citações acima, são mostrados como distantes ou até mesmo incompatíveis com as Ciências Sociais e seus correspondentes temas, como a moralidade e as correntes e movimentos sociais e políticos e, até mesmo, com a formação de uma visão crítica. Assim, as Humanidades, de modo geral, à medida que conflitam com o “conhecimento objetivo”, caracterizar-se-iam necessariamente como ideológicas e, por consequência, devem ser banidas da sala de aula. A escola é, portanto, para o Movimento ESP, lugar de ciência e pluralismo desde que estes não concorram com os valores defendidos pelo movimento.

Para lograr esse ideal de neutralidade do ESP, o professor não apenas deve se afastar de temas que ameacem a moral do que se supõe ser o modelo familiar tradicional, como também deve evitar que sua subjetividade, “seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas” (ESCOLA SEM PARTIDO, n.d.-c) se explicitem em sala. Pode-se afirmar, com efeito, que a sala de aula não é o espaço para promoção de interesses particulares, tampouco de proselitismo político. Mas há que se considerar o que do professor se pode esperar e o que, inclusive, este pode esperar de si. A vantagem do saber confere ao professor uma autoridade que é indissociável de sua profissão e agir tal como se fosse um computador pré-programado, como se estivesse fora da realidade social, é uma impossibilidade para a docência – para qualquer sujeito, em verdade, esteja ele no exercício de sua função ou não, a menos, talvez, que esteja em estado patológico. Rechaçar

ou negar a existência de tais aspectos como constitutivos do ambiente educacional, acusando-os de serem as bases para a doutrinação político-ideológica, corresponde, para o Movimento ESP, à aproximação do ideal de neutralidade e objetividade – como se fosse possível a educação exercida como atividade mecânica, assim como tampouco é razoável supor que se pode superar por essa via a suspeita quanto à mediação do conhecimento. Antes, conforme Adorno (1995, p. 99), tenhamos professores autoconscientes de seus limites: “provavelmente seja mais convincente um professor que diga: ‘Está bem, sou injusto, sou gente que nem vocês, algumas coisas me agradam, outras não’, do que outro que se aferre ideologicamente com vigor à justiça, mas, logo, sem poder remediá-lo, cometa a injustiça que havia reprimido” (Adorno, 1995, p. 99). Ou seja, pessoas que não escamoteiem seus sentimentos são preferíveis a docentes que, ao reprimirem suas reações subjetivas, revelam-nas de forma eventualmente até racionalizada, mas cometem injustiças, mobilizando, ainda mais, representações arcaicas relativas ao professor e, de modo geral, à escola, sob as quais se reproduz a barbárie.

A segunda consequência apontada a respeito da produção de uma massa alinhada à esquerda funda-se na subestimação do aluno. Os alunos são descritos e adjetivados pelo ESP como ingênuos, inexperientes e incapazes de reagir intelectual e emocionalmente à suposta doutrinação; por sua imaturidade e vulnerabilidade, não perceberiam as más intenções e abusos do professor. Em outras palavras, são classificados como indefesos e passivos na relação de ensino-aprendizagem, como se fossem capazes apenas de absorver e reproduzir o conteúdo que lhes é transmitido, sem qualquer possibilidade de contestação ou de pensamento autônomo. Se a educação estivesse, tal como sugere o ESP, contaminada pelas ideias de Paulo Freire, o aluno não haveria de ser passivo, uma vez que é justamente contra tal concepção que a obra do educador se coloca ao criticar o que chama de educação bancária e propor a Educação Libertadora (Freire, [1996]2003). Ou, por outra, a preocupação faria sentido na lógica do Movimento se levarmos em conta que, para o ESP, estaria por trás das ideias de Freire uma trama malévola de doutrinação. Segundo esse raciocínio que chega a ser contrassensual, as consequências se estenderiam para a vida adulta:

Com efeito, bem sabem os professores doutrinadores que a reavaliação das ideias e convicções adquiridas durante a adolescência exige um investimento intelectual e emocional pesado demais para a maior parte das pessoas, de modo que a adesão a determinado credo ideológico, quando prestada durante essa fase crítica da vida, tende a prolongar-se por vários anos, até ser desmascarada pela realidade (Escola Sem Partido, n.d.-f).

Por outro lado, considerando que o objetivo inequívoco, ainda que de longo prazo, dos professores militantes é **desequilibrar o jogo político em benefício das correntes, movimentos e partidos de sua predileção**, o Ministério Público, enquanto guardião do regime democrático (Constituição Federal, art. 127), não pode ficar indiferente a essa prática covarde e imoral, que materializa, em última análise, um grave cerceamento à liberdade política de milhões de futuros eleitores (Escola Sem Partido, n.d.-f, grifo dos autores).

Ou seja, não só as crianças e os jovens, mas igualmente os adultos seriam incapazes de pensar para além dos conteúdos que lhes terão sido impostos pelos ambientes escolares. Pensar autonomamente exigiria esforços demasiados, restando ao sujeito o aprisionamento às ideias doutrinárias – ou já nem isso. O perigo, para o ESP, reside no que seriam as implicações para a política: transformados em massa de manobra pelos professores, os estudantes tornar-se-iam eleitores comprometidos com a esquerda, o que, nos termos do Movimento, provocaria um desequilíbrio no jogo político – isto é, os processos eleitorais se tornariam injustos porque haveria mais votantes que, vítimas da doutrinação, seriam adeptos aos partidos vistos como progressistas. A política, se não reduzida aos processos eleitorais e aos partidos, seria sinônimo de esquerdismo – por isso a Educação jamais há de ser, para o ESP, um ato político ou, nos termos de uma pensadora

insuspeita de marxismo, Hannah Arendt (2022), uma experiência de preparação para a vida política. Observa-se que, como antes mencionado, a suposta manipulação dos alunos só se faz possível por esses indivíduos estarem em processo de desenvolvimento – diferente dos adultos, que seriam manipuláveis por uma espécie de preguiça.

Nos documentos analisados há uma tentativa de aproximação entre a concepção de aluno indefeso e passivo e aquilo que está posto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas feita ao modo que interessa ao ESP. O ECA confere os contornos legais a uma nova concepção quanto à infância e à juventude que, alinhada à Convenção sobre os Direitos da Criança (adotada pela Organização das Nações Unidas [ONU] em 20/11/1989) e às discussões científicas sobre o desenvolvimento humano, concebe-a como sujeito de direitos – e não mais como objeto de tutela –, visando-se sua proteção integral em condições de liberdade e dignidade (D’Afonseca, 2006). Os trechos abaixo auxiliam na compreensão do uso que o ESP faz do Estatuto:

se, como reza o art. 15 da Lei 8.069/90, “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento”, não se pode reconhecer a nenhum professor ou autor de livro didático o direito de atuar profissionalmente com o objetivo de “fazer a cabeça” de seus alunos ou leitores (Escola Sem Partido, n.d.-f).

O educador – sobretudo quando se dirige a indivíduos “em processo de desenvolvimento”, como diz a lei – tem obrigação moral e legal de fazer um esforço permanente e sincero para não permitir que suas inclinações, preferências, simpatias e antipatias políticas, ideológicas ou partidárias o afastem do ideal da objetividade científica (Escola Sem Partido, n.d.-f).

Neles, o processo de desenvolvimento emerge acompanhado da suscetibilidade à manipulação; por serem supostamente imaturos, inexperientes e por lhes faltar conhecimento, os alunos seriam vítimas da doutrinação, sendo ensinados a ter, como já mencionado, um determinado comportamento político no futuro – o que, para o Movimento, consiste em desrespeito e em exploração política do educando por parte do professor, o que seria vedado pelo ECA.

Consta no ECA, conforme Art. 5º da Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990, que a criança e o adolescente não devem ser vítimas de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Lei n. 8069, 1990) e que eles se encontram em condição peculiar por estarem em processo de desenvolvimento. Mas não há no documento referência ou associação dessa característica à vulnerabilidade ou suscetibilidade desses grupos à manipulação – nem mesmo no capítulo IV, que dispõe do direito à educação. Isso não significa que não se trate de grupos vulneráveis que podem sofrer manipulação, o que evidentemente deve ser repudiado. O ECA não os trata, no entanto, como se fossem passivos e vítimas mecanicamente influenciáveis pelos professores. O que se tem é a demarcação do dever de todos para com a proteção da criança e do adolescente e de seus direitos fundamentais como pessoa, salvaguardando-se, assim, seu lugar de protagonismo e de sujeito – lugar que é retirado do educando pelo ESP, que o fixa como passivo, indefeso, vulnerável, ingênuo e incapaz.

Por fim, convém discutir outro conceito que diz respeito à relação professor-aluno e que estaria entre os fundamentos da doutrinação: a liberdade. Para os defensores do Movimento,

Liberdade de ensinar – assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal – não se confunde com liberdade de expressão; não existe liberdade de expressão no exercício estrito da atividade docente, sob pena de ser anulada a liberdade de consciência e de crença dos estudantes, que formam, em sala de aula, uma audiência cativa (Escola Sem Partido, n.d.-a).

Liberdade de expressão é a liberdade de dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto. Se o professor desfrutasse dessa liberdade em sala de aula, ele sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina: poderia passar todo o tempo de suas aulas

falando de futebol, religião, cinema, política, etc. Ora, o simples fato de o professor ser obrigado a transmitir certo conteúdo aos alunos já demonstra que ele não desfruta e não pode desfrutar dessa liberdade no exercício da atividade docente (Escola Sem Partido, n.d.-d).

De fato, a liberdade de ensinar – ou a liberdade de cátedra – não significa que a sala de aula e a praça pública sejam o mesmo. É possível depreender a diferença entre os dois ambientes recorrendo à discussão de Kant ([1783] n. d.) quanto ao *uso privado da razão* e ao *uso público da razão*. Este pode ser entendido como a liberdade que o professor possui no exercício de sua profissão, isto é, a liberdade de ensinar, o que contém a obrigação de cumprir sua função como produtor de liberdade; o primeiro, por sua vez, diz respeito à “liberdade ilimitada de servir-se de sua própria razão e de falar em seu próprio nome” (Kant, [1783] n.d., p. 5) – ou seja, é relativa à liberdade de expressão. Em outras palavras, o *uso público da razão* relaciona-se à possibilidade de se valer de seu próprio entendimento e de manifestá-lo publicamente, em qualquer domínio da vida, como cidadão, o que inclui a sala de aula e a abordagem em relação aos conteúdos ensinados. Cercar o pensamento em nome do dever de função contribui para a permanência do estado de *minoridade*, em que o ser humano, incapaz de refletir, orienta-se por meio da tutela de outrem – e que isso aconteça com os professores, supostos *esclarecidos*, é, se tomamos aqui emprestadas as palavras de Kant, “um absurdo que contribui para a perpetuação dos absurdos” ([1783]n.d., p. 5). Ademais, é pressuposto que o abuso da liberdade de ensinar – isto é, o não cumprimento dos deveres docentes – prejudicaria a liberdade de consciência e de crença dos alunos e, portanto, consiste em uma prática doutrinária. Frente a isso, pode-se dizer que o ESP se coloca contra o *uso público da razão* – ou seja, coloca-se contra a liberdade de pensamento, ao mesmo tempo em que perverte o *uso privado da razão*.

ESQUERDISMO E IDEOLOGIA DE GÊNERO

Ideologia de gênero, termo depreciativo para se referir aos Estudos de Gênero, é pauta mais recente para o Movimento quando comparada à preocupação com a doutrinação marxista nas escolas. Ao assumir esse tópico, o ESP permite ver a ampliação das possibilidades de entendimento do que está em disputa não só nas instituições de ensino, como também no vocabulário e na política. Diferentemente do acervo encontrado no *site* de iniciativa de Nagib quanto à doutrinação, o material sobre ideologia de gênero é escasso nessa plataforma. Por isso a discussão quanto à temática tem como base o conteúdo disponível na página oficial do Movimento na rede social Instagram. Para além dessa “ideologia”, que diz respeito às discussões sobre gênero, ao movimento LGBTQIA+, a novos modelos familiares, à homofobia, transfobia e outras formas de violência e crime, cabe não desconsiderar o esquerdismo, outra das bases para o que se denuncia como doutrinação. O esquerdismo refere-se a outras pautas rechaçadas pelo ESP, como os movimentos negro e feminista, as discussões quanto às desigualdades (como a social e econômica), a violência policial contra a população negra e, até mesmo a temáticas como a relativa ao assassinato da vereadora carioca Marielle Franco, ocorrido em 2018, marco da violência miliciana contra representantes de pautas voltadas ao reconhecimento e ampliação de direitos sociais. Nesse sentido, esquerdismo sintetiza a oposição do Movimento ESP às temáticas progressistas e relativas a minorias. A título de ilustração, seguem dois dos *posts* encontrados na rede social Instagram:

Figura 1 – Post do ESP sobre conteúdos considerados doutrinários



Fonte: Adaptado de Escola Sem Partido [@escolasempartidooficial] (2020, 17 de março). Trabalhos feitos por alunos (6º e 7º anos) da E. E. Marilda Barros Pereira, em SJ dos Campos – SP [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B92Zi_kp7xf/?utm_source=ig_web_copy_link

Figura 2 – Post do ESP relativo às temáticas de racismo e homofobia no Brasil



Fonte: Adaptado de Escola Sem Partido [@escolasempartidooficial] (2019, 30 de novembro). Investir desde cedo na mentira de que o Brasil é um país racista e homofóbico é uma forma dissimulada de valorizar os partidos que se apropriaram dessas pautas, e de fabricar militantes para esses partidos [Fotografia]. Instagram. https://www.instagram.com/p/B5fP437gPMY/?utm_source=ig_web_copy_link

Observa-se que não há um apontamento sobre qual seria o problema, na Figura 1, de trabalhos com tal teor terem sido realizados no Ensino Fundamental, ou seja, não há nada sobre o fundamento que os tornaria inadequados à escola; há apenas a sugestão, em tom irônico, de que os conteúdos listados consistem em doutrinação. Nesse sentido, pôr em pauta religiões de matriz africana é o mesmo que intencionar converter os alunos; debater políticas de ação afirmativa, racismo, feminismo e homofobia corresponde à fabricação de militantes; e, ao discutir situações de violência e crime, corre-se o risco de a vítima ser culpada pela própria situação, tal como sugere o

termo “coitadismo” (Figura 1). O que está em questão, portanto, não é a forma como determinados assuntos são introduzidos e discutidos nas escolas, se são distorcidos ou não pelos professores; o conteúdo, uma vez escolhido, é entendido, *a priori*, como doutrinário. Assim, um professor que, independentemente de sua inclinação política ou da disciplina que leciona, tenha como parte de seu programa de ensino cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais, por exemplo, seria esquerdista, militante, ativista e doutrinador. Vale não esquecer, contudo, que o ensino dessas temáticas está previsto em todo o sistema educacional pela BNCC⁴ e pela Lei nº10.639 (2003) com o intuito de se discutir a formação histórica do Brasil e o racismo – fato que é negado, junto à homofobia, pelo ESP (Figura 2). Basta, todavia, recorrer aos dados mais recentes do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para se ter uma ideia da discriminação no país: de 2015 a 2018 foram recebidas, somente pelo Disque 100,⁵ 3926 denúncias relacionadas à discriminação racial e 7264 à comunidade LGBTQIA+, tendo sido registradas, em 2018, quase três mil violações contra esse último grupo.

Para além desses registros, a discriminação contra tais grupos se faz ver nas condições assimétricas de acesso a saúde, emprego, educação, transporte, lazer e moradia, bem como em sua representação em cargos políticos – apesar da população brasileira ser majoritariamente negra, apenas 24,3% dos deputados eleitos em 2018 se autodeclaravam como tais (Oliveira, 2019). Lilia Schwarcz (2019), em perspectiva histórica e com ampla reunião de dados estatísticos, discute a relação entre marcadores sociais das diferenças (etnia/raça, gênero, região, geração) e as desigualdades que engendram a sociedade brasileira: os salários mais baixos, as mortes mais violentas, as mais restritas expectativas de vida, as violências sexual e física, entre outros, atingem sobretudo negros, mulheres, jovens das periferias. Assim, negar a existência do racismo e da homofobia, bem como classificar como doutrinação temas como feminismo, cultura afro-brasileira e ações afirmativas no ensino superior, é propor uma escolarização distante das discussões sobre as desigualdades, violências, intolerâncias e, também, sobre os avanços sociais; ao defender a proibição de tais temáticas, o ESP prevê que a escola se descole da realidade brasileira, fazendo disso um mérito.

Ademais, cabe delinear ainda como a ideologia de gênero aparece na página do Movimento ESP na rede social Instagram. Para além dos alertas aos pais quanto ao cuidado que se deve ter com os professores que tentam “enfiar minhoca de gênero” na cabeça dos estudantes (sobretudo no momento em que, com o ensino remoto ampliado devido à pandemia de COVID-19, a possibilidade de vigilância e controle sobre a prática docente foi maior), há publicações em que ficam mais explícitas quais as ameaças que o ensino sobre as teorias de gênero representa para os defensores do Movimento. Vejamos alguns trechos retirados de *posts* relativos à temática:

Desconstrução da família tradicional – em aula de Inglês! 🧠 Colégio Est. Prof. Algacyr M. Maeder, Curitiba 📍 O truque é sempre o mesmo: em nome da aceitação dos “novos modelos de família”, subvertem subliminarmente princípios cristãos relacionados ao casamento e à família (Escola Sem Partido, 2020b).

Por meio das universidades, a esquerda conseguiu transformar os professores da educação básica nos principais agentes da revolução cultural. Em todo o Ocidente [...] as prioridades agora são: corromper a infância e destruir a família (Escola Sem Partido, 2020d).

A pretexto de promover a “diversidade” ou combater o “preconceito”, a ladainha sobre os diferentes tipos de família — q mistura alhos c/bugalhos p/confundir a cabeça da população —

⁴ Recuperado em 11 de agosto de 2020 de <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

⁵ Disque 100 é o serviço vinculado ao Governo Federal para o recebimento de denúncias de violações de direitos humanos. Para além dele, essas denúncias podem ser feitas online e em delegacias.

promove um ataque dissimulado à moralidade cristã. Quem não percebe isso está comprando Gato por Coelho (Escola Sem Partido, 2020c).

Será que o ministro “iluminista” [referência ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso] tem consciência de que, ao abandonar a lógica binária do sexo biológico, ele está dinamitando os pilares do edifício normativo da civilização (o direito, a moral, os costumes e o próprio idioma)? (Escola Sem Partido, 2020a).

Retoma-se, com isso, a ideia de uma suposta revolução cultural, iniciada pela mudança de valores e pretendida pela esquerda, que comporia o projeto de engenharia social em andamento no Brasil. Observa-se, também, que os riscos da ideologia de gênero seriam a destruição da família heteronormativa e, de modo geral, o aniquilamento da moralidade cristã – que significam, para os defensores do Movimento, os pilares da civilização –, como explicitamente declarou, por exemplo, o ex-chanceler brasileiro Ernesto Araújo (Ministério das Relações Exteriores, 2021). O que aparece aqui é uma atitude repressiva quanto à sexualidade: o ESP assume que o sexo se restringe à função genital procriadora e se vincula, por isso, à estrutura familiar cristã em registro mais regressivo. Essa é a concepção de sexualidade tida como única e verdadeira e, portanto, a que deve ser ensinada nas salas de aula – quaisquer valores, ideias, atitudes ou, de maneira geral, modos de vida que se diferenciem de tal concepção são compreendidos como desviantes, transgressores, antinaturais. “Encarados pelo ângulo da moral”, afirma Chauí (1991, p. 118), “as práticas e ideias sexuais que não se conformam aos padrões morais vigentes são considerados vícios, pois os seus contrários, os padrões, são tratados como virtudes”. Com isso, pode-se dizer que o ESP procura, por meio da repressão sexual na escola, corrigir aquilo que é considerado antinatural – como a homossexualidade – e estabelecer outros hábitos considerados virtuosos e moralmente corretos, protegendo, assim, as crianças dos vícios e a escola dos viciosos, isto é, dos professores esquerdistas. Em última análise, a preocupação com a ideologia de gênero remete à suposição de haver, no Brasil, certo decadentismo em que as virtudes estariam sendo suplantadas pela libertinagem esquerdista.

De novo, apesar de afirmar-se neutra, o Movimento cuja iniciativa foi de Nagib demonstra defender um modelo de sociedade que considera como o único correto. Tido como universal, pressupõe que as demais perspectivas e modos de ação e convivência correspondem ao falseamento da ordem natural das coisas, sendo considerados meras ideologias que precisam ser anuladas da vida em sociedade. Não se trata, então, apenas do combate a um adversário político; trata-se, antes, de uma missão moral que tem como local privilegiado a escola. Cabe, no entanto, questionar como e se é possível sustentar um ensino democrático e científico – voltado à pluralidade e distante de dogmas – assumindo-se que apenas a união entre um homem e uma mulher corresponderia ao conceito de família; que uniões homoafetivas não seriam legítimas, pois destruiriam a reprodução biológica e, por consequência, a civilização; que a discussão de temáticas progressistas ou sobre minorias políticas seria necessariamente sinônimo de doutrinação esquerdista, devendo, por isso, ser combatida e anulada; e, por fim, assumindo-se que não há racismo, tampouco homofobia, logo no Brasil, país que, como bem explica Schwarcz (2019), vê suas raízes escravocratas, patriarcais e autoritárias se atualizando, há séculos, em novas práticas de exclusão.

CONCLUSÃO

O esquerdismo e a ideologia de gênero representam a base da doutrinação político-ideológica, isto é, eles podem ser entendidos como os conteúdos que, ao compor os processos formativos, configuram a prática docente como doutrinária. Colocar em pauta temáticas progressistas, direito das minorias políticas, racismo, homofobia, diferentes formas de sexualidade,

modelos familiares diversos, entre outros, é, para o ESP, o mesmo que violar o direito dos pais sobre a educação dos filhos e as liberdades de crença e de consciência dos estudantes. As consequências disso seriam a destruição da família, a hegemonia da esquerda e, final das contas, o fim da civilização – afinal, a suposta doutrinação coloca em risco a reprodução biológica, a moral cristã ultraconservadora e o sistema capitalista. O Escola Sem Partido, portanto, em contrassenso a seu sentido literal, delineia um posicionamento contrário a um ideário político específico e defende princípios seus como pilares da organização social e política, da existência individual e coletiva.

Ainda que o ESP negue sua condição ideológica, o que defende por meio da restrição das liberdades de aprender e ensinar – que são princípios constitucionais – é a intimidação do exercício intelectual crítico com a pretensão de impor um (não) pensamento único que exclua o que for concorrente, contrário ou, de modo geral, que for diferente do que é tido como verdade pelo Movimento. Além desse aspecto, há também os preconceitos relativos a gênero e sexualidade que, racionalizados por meio de argumentos morais, fazem-se presentes na oposição ao debate quanto aos Estudos de Gênero no sistema de ensino. Tem-se, com isso, a repressão à sexualidade e ao pensamento, caracterizando o ESP como um movimento autoritário e, portanto, antidemocrático. Em um país como o Brasil, que ocupa as primeiras posições no ranking mundial de crimes contra pessoas LGBTQIA+ e cujas raízes escravocratas se atualizam em novas formas de exploração e exclusão, projetos como o ESP têm potencial para promover a barbárie à medida que veiculam preconceitos, mobilizam pessoas por meio do ódio e estimulam a produção de subjetividades autoritárias.

A barbárie, como agressividade primitiva, é elemento constitutivo da própria civilização; o que significa dizer que a vida em sociedade tem em si uma tendência regressiva, uma tendência à satisfação de impulsos destrutivos (Freud, [1930]2010). Se se quer uma sociedade democrática, com vistas à ampliação de direitos, é preciso que as condições sobre as quais nos constituímos não sejam orientadas para o fortalecimento de tal tendência social. Como argumenta Adorno (1995), o imperativo de que Auschwitz não se repita requer a mudança das condições subjetivas que produziram tal barbárie. Em suas palavras, “a única força verdadeira contra o princípio de Auschwitz seria a autonomia, se me for permitido empregar a expressão kantiana; a força para a reflexão, para a autodeterminação, para o não se deixar levar” (Adorno, 1995, p. 110). Com essa inflexão em direção ao sujeito aposta-se, portanto, na preparação psicológica das pessoas para a autodeterminação: a formação da personalidade, sobretudo na primeira infância, e o esclarecimento de modo geral quanto aos mecanismos que nos impulsionam ao horror, podem ser estratégias de combate às agendas regressivas.

A educação, diz Adorno (1995), deve se dirigir contra a barbárie e para a autorreflexão crítica. Os esforços educacionais em sociedades democráticas têm sentido se servem à orientação do sujeito no mundo, para que este, ao servir-se do próprio entendimento, não sucumba às estruturas do autoritarismo e à lei do mais forte que, por princípio, é contrária à ordem democrática. O ataque à liberdade de pensamento e às possibilidades de afirmação subjetiva como condição básica de educar e ensinar fixa a realidade social, dando a ela um caráter rígido, como se fosse absoluto o que existe de um determinado modo. Antes, defendamos uma escola que, junto à orientação no mundo, sirva à possibilidade de imaginá-lo diferente do que é.

Contribuições dos Autores: Lourenço, N. A.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Vaz, A. F.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: O trabalho é resultado parcial do Projeto Teoria Crítica, Racionalidades e Educação VI: estudos para a compreensão do tempo presente, financiado pelo CNPq (Auxílio pesquisa 408324/2023-6; Bolsas PIBIC/UFSC/CNPq, PQ e AT). Agradecemos ainda as leituras críticas de Natan Schmitz Kremer e Bruna Avila Silva.

REFERÊNCIAS

Adorno, T. W. (1995). *Palavras e sinais: modelos críticos*. Petrópolis: Vozes.

Arendt, H. (2022). *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva.

Como o marxismo se infiltrou no Brasil? Veja a opinião do escritor Percival Puggina. (2022). Recuperado em 17 de agosto de 2022 de Brasil Paralelo:
<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/marxismo-no-brasil>

Betim, F. (2020, 18 de fevereiro). Professora de inglês sofre processo disciplinar por falar sobre feminismo em cidade berço do MBL. *El País*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-17/professora-de-ingles-sofre-processo-disciplinar-por-falar-sobre-feminismo-em-cidade-berco-do-mbl.html?ssm=whatsapp>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Congresso Nacional do Brasil. Assembleia Nacional Constituinte.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Caram, B. (2019). Ideologia de gênero é coisa do capeta, diz Bolsonaro na Marcha para Jesus. Folha de São Paulo. Recuperado de https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/ideologia-de-genero-e-coisa-do-capeta-diz-bolsonaro-na-marcha-para-jesus.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa

Carvalho, O. de. (2015). Cretinices gramscianas [página da web]. Recuperado de <https://olavodecarvalho.org/tag/antonio-gramsci/>

Chauí, M. (1991). *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. Brasília: Editora brasiliense.

D'Afonseca, V. C. P. (2006). *Sobre educação e política: Hannah Arendt, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o homem trágico*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório UFSC. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/88864>

Anteprojetos. (n.d.-a). Recuperado em 29 de outubro de 2022 de Escola Sem Partido:
<http://escolasempartido.org/anteprojeto-lei-municipal/>

Direito dos pais ou do Estado?. (n.d.-b). Recuperado em 25 de setembro de 2018 de Escola Sem Partido: <http://escolasempartido.org/66-direito-dos-pais-ou-do-estado>

FAQ (n.d.-c). Recuperado em 22 de setembro de 2019 de Escola Sem Partido:
<http://escolasempartido.org/faq/>

Perguntas e respostas. (n.d.-d). Recuperado em 27 de maio de 2021 de Escola Sem Partido:
<http://escolasempartido.org/perguntas-e-respostas/>

Quem somos. (n.d.-e). Recuperado em 27 de maio de 2021 de Escola Sem Partido:
<http://escolasempartido.org/quem-somos/>

Representação. (n.d.-f). Recuperado em 25 de setembro de 2019 de Escola Sem Partido:
http://escolasempartido.org/images/representacao_MP.doc

Escola sem Partido [@escolasempartidooficial]. (2020a, 27 Julho). Barroso, o "iluminista", professa sua fé nos dogmas da religião do gênero [Fotografia]. Instagram.
https://www.instagram.com/p/CDJSLFJp_zi/?utm_source=ig_web_copy_link

Escola sem Partido [@escolasempartidooficial]. (2020b, 17 Março). Desconstrução da família tradicional – em aula de Inglês [Fotografia]. Instagram.
https://www.instagram.com/p/B92VLFNJwJk/?utm_source=ig_web_copy_link

Escola sem Partido [@escolasempartidooficial]. (2020c, 26 Junho). Ideologia em escola de MG [Fotografia]. Instagram.
https://www.instagram.com/tv/CB5zAyVFWdm/?utm_source=ig_web_copy_link

Escola sem Partido [@escolasempartidooficial]. (2020d, 17 Junho). Por meio das universidades, a esquerda conseguiu transformar os professores da educação básica nos principais agentes da revolução cultural [Fotografia]. Instagram.
https://www.instagram.com/p/CBjJYhHI0qx/?utm_source=ig_web_copy_link

Freire, P. (2019a). Educação como prática de liberdade. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2019b). Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2003). Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.

Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização e outros textos [1930-1936]. São Paulo: Companhia das Letras.

Gramsci, A. (2001). Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

Kant, I. (2022, 4 de julho). Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento?. Recuperado de <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5158861/mod_resource/content/1/09.%20Kant.%20%20que%20%C3%A9%20o%20Esclarecimento.pdf>

Brasil. (1990). Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências). Presidência da República. Casa Civil.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (1996). Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Presidência da República. Casa Civil.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Brasil. (2003). Lei nº 10639 de 9 de janeiro de 2003 (Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras

providências). Presidência da República. Casa Civil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Alterar%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs

Löwy, M. (2010). Ideologias e ciência social: Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez.

Marcuse, H. (1981). Contra-revolução e revolta. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

Martinez-Vargas, I., & Pinho, A. (2019, 3 de setembro). Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia. Folha de São Paulo. Recuperado de <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml>

Ministério das Relações Exteriores. (2021, 09 de novembro). Discurso do Ministro Ernesto Araújo na cerimônia de formatura da turma João Cabral de Melo Neto (2019-2020) do Instituto Rio Branco. Gov.br. <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discurso-do-ministro-ernesto-araujo-na-cerimonia-de-formatura-da-turma-joao-cabral-de-melo-neto-2019-2020-do-instituto-rio-branco>.

Oliveira, J. C. (2019, 22 de janeiro). Nova composição da Câmara ainda tem descompasso em relação ao perfil da população brasileira Câmara dos deputados. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/noticias/550900-nova-composicao-da-camara-ainda-tem-descompasso-em-relacao-ao-perfil-da-populacao-brasileira/>

Pains, C. (2018, 29 de outubro). Deputada eleita por partido de Bolsonaro cria polêmica ao pedir que estudantes denunciem professores. *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/deputada-eleita-por-partido-de-bolsonaro-cria-polemica-ao-pedir-que-estudantes-denunciem-professores-23195716>

Saviani, D. (1983). Escola e democracia. Cortez; Autores Associados.

Saviani, D. (1991). Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez.

Schwarcz, L. M. (2019). Sobre o autoritarismo brasileiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Tommaselli, G. C. G. (2018). Escola Sem Partido: indícios de uma educação autoritária. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. Repositório UNESP. <http://hdl.handle.net/11449/166392>

Recebido: 20 de novembro de 2023 | **Aceito:** 2 de fevereiro de 2024 | **Publicado:** 03 de maio de 2024



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.